



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

**PRIMEIRO CARTÓRIO DE FEITOS ESPECIAIS -
AFONSO PENA 1500**

Ofício nº 388/2025

Belo Horizonte, 07 de maio de 2025

Excelentíssimo Senhor ,

Encaminho a V. Exa., para os devidos fins, cópia do acórdão proferido na(o) AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 1.0000.24.484505-3/000 .

Neste processo, as manifestações são realizadas por meio do Portal do Processo Eletrônico da 2ª Instância - JPe, no "site" do TJMG.

Atenciosamente,

Bruna L. Monteiro Silva - Escrivã, em substituição, do Primeiro Cartório de Feitos Especiais - Afonso Pena 1500

Excelentíssimo Senhor
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
Av. Getúlio Vargas, 800 - Centro, Itaúna - MG, 35680-037
Itaúna - MG





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Ação Direta Inconst N° 1.0000.24.484505-3/000



EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL QUE ALTERA O SERVIÇO FUNERÁRIO. AUSÊNCIA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL POR VÍCIO DE INICIATIVA. INTERPRETAÇÃO CONFORME.

I. CASO EM EXAME

- Ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito do Município de Itaúna em face da Lei nº 6.085/2024, que altera a Lei Municipal nº 1.143/1974 sobre o serviço funerário. Sustenta usurpação de competência da União e dos Estados ao tratar de normas gerais de licitação, afronta ao princípio da separação de poderes e ausência de estudo de impacto orçamentário.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

- A questão em discussão consiste em saber se a norma municipal que altera o serviço funerário padece de inconstitucionalidade por: (i) invadir competência legislativa da União e dos Estados; (ii) impor obrigações aos concessionários sem estudo de impacto orçamentário; e (iii) violar o princípio da separação de poderes e o vício de iniciativa.

III. RAZÕES DE DECIDIR

- O serviço funerário, sendo serviço público concedido, não se submete integralmente aos princípios da livre concorrência e livre iniciativa, mas à regulamentação do ente municipal, conforme jurisprudência consolidada.

- A exigência de número mínimo de concessionários e a possibilidade de exceção por ausência de interessados não configuram usurpação da competência da União ou dos Estados, pois a norma não dispõe sobre regras gerais de licitação.

- O dispositivo que obriga a manutenção de ambulância e técnico de enfermagem, por interferir na gestão dos contratos de concessão, configura vício de iniciativa e afronta o princípio da separação de poderes.

- Não há inconstitucionalidade na previsão de novos encargos aos concessionários para futuras concessões, mas sua aplicação a contratos em vigor viola o princípio da segurança jurídica.

IV. DISPOSITIVO E TESE

- Pedido parcialmente procedente. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente apenas para dar interpretação conforme ao §4º do art. 9º da Lei nº 1.143/1974, inserido pela Lei nº 6.085/2024, restringindo sua aplicação às concessões firmadas após a vigência da norma.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Ação Direta Inconst N° 1.0000.24.484505-3/000

Tese de julgamento: “1. O município tem competência para regular o serviço funerário concedido, incluindo a definição do número mínimo de concessionários, sem violar normas gerais de licitação. 2. A imposição de novos encargos aos concessionários só pode ser aplicada a contratos firmados após a vigência da norma, sob pena de violação à separação de poderes e à segurança jurídica.”

Dispositivos relevantes citados: CF/1988, arts. 22, XXVII; 30, I e V; 175; ADCT, art. 113.

Jurisprudência relevante citada: STF, ADI 1.0000.23.041462-5/000, Rel. Des. Moreira Diniz, j. 28.02.2024; STF, ADI 1.0000.22.229071-0/000, Rel. Des. Renato Dresch, j. 08.02.2023.

AÇÃO DIRETA INCONST N° 1.0000.24.484505-3/000 - COMARCA DE ITAÚNA - REQUERENTE(S): PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAÚNA - REQUERIDO(A)(S): PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA

A C Ó R D ã O

Vistos etc., acorda, em Turma, o ÓRGÃO ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO.

DES. RENATO DRESCH
RELATOR



DES. RENATO DRESCH (RELATOR)

V O T O

Trata-se de **Ação Direta de Inconstitucionalidade** (ADI) ajuizada pelo PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAÚNA, com pedido de medida cautelar, pretendendo a imediata suspensão da eficácia e dos efeitos da Lei nº 6.085/2024, que “altera a Lei Municipal nº 1.143, de 1974 que dispõe sobre o serviço funerário em Itaúna”.

O requerente alega, em suma, que a norma abordou matéria de competência da União e/ou dos Estados e Distrito Federal, porque dispôs sobre normas gerais de licitação, nisso excedendo a atribuição complementar e/ou suplementar e usurpando competência daqueles entes.

Afirma que a lei foi aprovada a despeito de pareceres contrários da Comissão de Constituição e Justiça e da Procuradoria da Câmara Municipal.

Aponta que a necessidade de se contratar uma ou mais de uma empresa para a prestação do serviço está sujeita à discricionariedade do administrador, já havendo na lei originária previsão em abstrato da possibilidade de concorrência entre os interessados.

Aduz que a norma não foi precedida de prévio estudo de impacto orçamentário, em ofensa ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, tendo em vista a necessidade de manutenção de técnico de enfermagem plantonista, com custos ao operador e, conseqüentemente, aumento de despesas para contratação de serviços funerários.

Assevera que a proposição invadiu seara de gestão administrativa na execução de atos de governo, planejamento, direção e organização.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Ação Direta Inconst N° 1.0000.24.484505-3/000

República e da Constituição Estadual, dentre os quais se encontram os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa.

- Contudo, em se tratando de serviço público cujo titular é o ente municipal, executado por regime de concessão ou permissão, não incidem os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa, elencados nos artigos 1º, inciso IV, e 170, "caput" e inciso IV, da Constituição Federal, de forma que a norma municipal que fixa o número de concessionárias ou permissionária de prestação de serviço funerário não padece de vício de inconstitucionalidade. (ADI 1.0000.23.041462-5/000, Rel. Des. Moreira Diniz, j. 28/02/2024, pub. 08/03/2024).

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – SERVIÇOS FUNERÁRIOS – LEI MUNICIPAL – SERVIÇO PÚBLICO – CONCESSÃO – LIVRE INICIATIVA: VIOLAÇÃO: INOCORRÊNCIA.

- Conforme entendimento firmado de há muito em jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o ente municipal pode assumir a prestação dos serviços funerários, dado seu caráter de serviço público, encontrando-se essa prerrogativa contemplada no art. 30 da CF.

- Em se tratando de serviço público, cujo titular é o ente municipal, possível que o exercício se dê por concessão, assim afastando-se a aplicação do princípio da livre iniciativa (art. 170 da CF) e atraindo o regime previsto no art. 175 da CF. V.V.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – SERVIÇOS FUNERÁRIOS – VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL – LIMITAÇÃO – OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA LIVRE INICIATIVA E LIVRE CONCORRÊNCIA – INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA.

- A Lei n. 6.348/2021, do Município de Araguari, que estabelece uma concessão dos serviços funerários às pessoas jurídicas de direito privado a cada 20.000 (vinte mil) habitantes ou fração, é inconstitucional por ofender os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência. (ADI 1.0000.22.229071-0/000, Rel. Des. Valdez Leite Machado, Rel p/ acórdão Des. Renato Dresch, j. 08/02/2023, pub. 03/03/2023).



Assim, ao transferir a terceiros a execução do serviço de utilidade pública, o ente municipal pode, enquanto titular do serviço, determinar o número mínimo ou máximo de prestadores a serem selecionados por procedimento (licitatório) próprio e mediante o cumprimento de determinados requisitos, a propósito, também estabelecidos naquela lei.

Da ausência de usurpação de competências

Como visível da leitura da lei questionada, em especial naqueles aspectos especificamente por ela tratados, não há disposições gerais sobre licitação, mas abordagem particular sobre o número de concessionários e sobre hipótese excepcional para admitir-se menor número de prestadores. Ou seja, a norma não cuida de pormenores do procedimento de seleção pública pela licitação.

Dessa maneira, a lei não excede os limites firmados pelo art. 22, XXVII, da CF, nem aqueles porventura estabelecidos na Lei nº 8.666/1993 ou na atual Lei nº 14.133/2021, porque nestas não existe predefinição de número de prestadores, mas apenas as hipóteses e a forma de seleção desses eventuais prestadores.

Assim, quanto ao ponto, não há inconstitucionalidade a reconhecer acerca dos §§2º e 3º do art. 9º da lei modificada.

Do vício de iniciativa e da ofensa ao princípio da separação de poderes

No que tange ao §4º do art. 9º, ora alterado pela lei questionada, verifica-se que ele inseriu novo serviço a ser assegurado pelo concessionário, qual seja, de manutenção de “ambulância e um técnico de enfermagem, sob o regime de plantão, até o horário do sepultamento”, nisso interferindo nos contratos ocasionalmente vigentes e impondo despesa ao prestador, com possíveis consequências na tabela de preços a serem cobrados dos munícipes.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Ação Direta Inconst N° 1.0000.24.484505-3/000

Ao fazê-lo, portanto, a norma de iniciativa parlamentar interferiu na gestão do contrato de concessão, nisso incidindo em vício de iniciativa e em ofensa ao princípio da separação de poderes.

De outro lado, não reputo caracterizada ofensa ao art. 113 do ADCT, porque a norma não criou nenhuma despesa ao poder público, nem há informe de alguma remuneração direta ou indireta feita pela municipalidade ao concessionário, que, por sua vez recebe dos contratantes dos serviços funerários.

Assim, aquele apontado defeito apenas se manifesta quando alcança concessões já em curso, não havendo óbice a que se aplique para o futuro, ou seja, para as novas concessões.

Por todas essas razões, a hipótese é de reconhecer-se a inconstitucionalidade tão somente da aplicação da lei aos contratos vigentes, impondo-se sua interpretação conforme a Constituição.

Dispositivo

Posto isso, **julgo parcialmente procedente o pedido**, para dar interpretação conforme ao §4º do art. 9º da Lei nº 1.143/1974, inserido pela Lei nº 6.085/2024, aplicando-o apenas para as concessões iniciadas depois da publicação desta lei, ora questionada.

Comunique-se o resultado deste julgamento ao Prefeito e à Câmara Municipal de Itaúna/MG.

Encaminhe-se cópia do acórdão à Escola Judicial “Desembargador Edésio Fernandes” (EJEF) para o devido registro e divulgação.

É o voto.

DES. CARLOS ROBERTO DE FARIA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. DIRCEU WALACE BARONI - De acordo com o(a) Relator(a).



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Ação Direta Inconst N° 1.0000.24.484505-3/000

DES. BRUNO TERRA DIAS - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. KILDARE CARVALHO - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. MOREIRA DINIZ - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. EDILSON OLÍMPIO FERNANDES - De acordo com o(a) Relator(a).

DESA. BEATRIZ PINHEIRO CAIRES - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. EDUARDO BRUM - De acordo com o(a) Relator(a).

DESA. EVANGELINA CASTILHO DUARTE - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. FERNANDO CALDEIRA BRANT - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. PEDRO BITENCOURT MARCONDES - De acordo com o(a) Relator(a).

DESA. CLÁUDIA MAIA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. MARCOS LINCOLN DOS SANTOS - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. ROGÉRIO MEDEIROS - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. LEITE PRAÇA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. MARCÍLIO EUSTÁQUIO SANTOS - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. ESTEVÃO LUCCHESI - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. VERSIANI PENNA - De acordo com o(a) Relator(a).

DESEMBARGADOR CARLOS LEVENHAGEN - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. FORTUNA GRION - De acordo com o(a) Relator(a).



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça



Ação Direta Inconst N° 1.0000.24.484505-3/000

DES. LUIZ CARLOS GOMES DA MATA - De acordo com o(a)
Relator(a).

DES. ROBERTO SOARES DE VASCONCELLOS PAES - De acordo
com o(a) Relator(a).

DES. AMAURI PINTO FERREIRA - De acordo com o(a) Relator(a).

**SÚMULA: "JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE
O PEDIDO"**

Documento assinado eletronicamente, Medida Provisória nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001.

Signatário: Desembargador RENATO LUIS DRESCH, Certificado: 00BC8C9FB8A1E9B2F6BC22805C,
Belo Horizonte, 30 de abril de 2025 às 17:25:55.

Julgamento concluído em: 23 de abril de 2025.

Verificação da autenticidade deste documento disponível em <http://www.tjmg.jus.br> - nº verificador:
100002448450530002025967746